

Comissão do Senado investiga Regina Borges

Prodasen dispensou licitação para empresa de informática mas ex-diretora diz que primeiro secretário referendou

José Augusto Gayoso

● BRASÍLIA. A ex-diretora do Prodasen Regina Borges e outros ex-diretores do órgão deverão ter de responder pela contratação, sem licitação, da Aceco, empresa que instalou a chamada sala-cofre no Interlegis (sistema integrado de informática entre legislativos federal, estaduais e municipais). A investigação poderá atingir dirigentes do Senado, como o diretor-geral Agaciel Maia, por terem autorizado a compra de estantes deslizantes para a biblioteca, em dois dos três aditamentos ao contrato. Só nos

aditamentos o Senado gastou R\$ 984.600.

As irregularidades foram apontadas no relatório de 119 páginas da comissão de sindicância que apurava o suposto tráfico de influência de Rubens Gallerani, que trabalhava no gabinete do então senador Antonio Carlos Magalhães, em concorrências no Prodasen e sua responsabilidade na denúncia de que estaria beneficiando empresas paulistas no fornecimento de material de informática. Sobre Gallerani, que não era funcionário do Senado, a comissão concluiu que nada havia que o pudesse

incriminar.

O relatório traz a cronologia da operação, a partir de 5 de junho de 2000, quando documento assinado pelo então diretor administrativo-financeiro do Prodasen, Loísio José dos Santos, registrou a manifestação da diretoria de que estava de acordo com a contratação da Aceco com a dispensa de licitação.

O relatório afirma que os aditamentos foram irregulares. Num deles, foi autorizada despesa de R\$ 250 mil para compra de equipamentos de proteção de computadores, porta-CDs, proteções para car-

tuchos, disquetes etc. Os outros aditamentos pediam recursos para as estantes. O relatório da comissão foi conclusivo: "Os aditamentos eram absolutamente distintos do que havia sido contratado".

Além da Secretaria de Controle Interno, as irregularidades devem ser apuradas também pela diretoria, já que a biblioteca não fica no Prodasen, e sim no prédio principal. Estão na mira das investigações os responsáveis pelo setor de compras e os diretores administrativo e geral.

O relatório chegou à primeira secretaria em 16 de maio.

Como a investigação deveria ter como alvo Gallerani e acabou resvalando para outras áreas, o departamento jurídico sugeriu que fosse aberta uma nova etapa do processo.

Desde o dia 17 o processo está com a secretária de Controle Interno, Márcia Lira, que está instalando nova comissão. Todos os que foram citados até agora e os que possam ser responsabilizados pelas irregularidades serão ouvidos, garante o primeiro secretário Carlos Wilson (PPS-PE).

Regina Borges disse ontem que já deu explicações "exaustivas e definitivas" sobre o ca-

so. Ela lembrou que sua decisão foi referendada pelo Conselho de Supervisão do Prodasen, presidido pelo primeiro secretário, na época o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

— Sempre fui muito refratária a fazer contratos sem licitação. Mas neste caso a área técnica me convenceu de que não havia outra empresa capaz e tomei a decisão, referendada pelos meus superiores. Entreguei todos os documentos ao Ministério Público, mas, se for necessário, explico novamente — disse Regina. ■